

1 DATA: 18 de novembro de 2004. LOCAL: Auditório do Conselho de Gestão do  
2 Patrimônio Genético, SCEN, Trecho 02, Ed. Sede do IBAMA, Bloco G, Brasília, DF.  
3 HORÁRIO: de 9:00 às 14:00h. PARTICIPANTES: Presidente da mesa: João Paulo  
4 Ribeiro Capobianco, representante titular do MMA. Representantes: Ministério do  
5 Meio Ambiente, Paulo Yoshio Kageyama (suplente); Ministério da Ciência e  
6 Tecnologia, Ione Egler (titular) e Nadja Lepsch da Cunha Nascimento (suplente);  
7 Ministério da Saúde, Angélica Rogério de Miranda Pontes (titular) e Adriana Diaféria  
8 (suplente); Ministério da Justiça, Patrícia Galdino de Farias Barros (suplente);  
9 Ministério da Defesa, Antônio J. G. Moreira (suplente); Ministério das Relações  
10 Exteriores, Adriana Sader Tescari (suplente); Ministério da Cultura, Marcos Alves de  
11 Souza (suplente); Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior,  
12 Elisa de Ananias Fraga (titular); Instituto de Pesquisas Jardim Botânico, Maria Lúcia  
13 Nova da Costa (suplente); Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Lúcia Rapp  
14 Py-Daniel (titular); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Taciana Barbosa  
15 Cavalcanti (titular); Instituto Evandro Chagas, Manoel do Carmo Pereira Soares  
16 (titular); Fundação Nacional do Índio, Hilda Carla Barbosa Fajardo (titular).  
17 Convidados Permanentes: Associação Brasileira de Organizações Não-  
18 Governamentais, Fernando Mathias Baptista; Associação Brasileira de Entidades  
19 Estaduais de Meio Ambiente, Daniel Casarin Ribeiro. Membros da Secretaria-  
20 Executiva do Conselho: Eduardo Vélez, Secretário-Executivo, Cristina Azevedo,  
21 Guilherme Amorim, Inácio Cançado, André Pessoa de Araújo, Daniella M. de Carrara,  
22 Fernanda Álvares Silva, Mônica Negrão, Teresa Moreira, Leslye Ursini, Paula  
23 Lavratti, Maria Teresa Caldeira, Fernanda Altoé Daltro, Sonja Mayra Righetti,  
24 Thomaz Miazaki de Toledo. Outros participantes: CONJUR/MMA, Daniela Goulart;  
25 IBAMA, Otávio Borges Maia; MDIC, José Carlos Cavalcanti; GTZ do Brasil, Tobias  
26 Albuquerque Wegenast; Ministério da Defesa, Patrícia Siqueira de Medeiros; CNI,  
27 Grace Dalla Pria. CONVOCAÇÃO: Memorando Circular nº 015/2004/DPG/SBF/  
28 MMA, de 04 de novembro de 2004, Ofício Circular nº 023/2004/DPG/SBF/MMA, de  
29 04 de novembro de 2004, Ofício Circular nº 024/2004/DPG/SBF/MMA, de 04 de  
30 novembro de 2004. PAUTA: I – Abertura da Reunião; II – Instalação dos Trabalhos:  
31 (1) Leitura e Aprovação da Pauta da 27ª Reunião Ordinária; (2) Aprovação da Ata da  
32 26ª Reunião Ordinária; III – Ordem do Dia – (3) Apresentação e Deliberação sobre  
33 solicitações de credenciamento de instituições como fiéis depositárias de amostras  
34 de componente do patrimônio genético. (3.1) Requerente: Coleção de Tecidos de  
35 Tefritídeos e Banco de Germoplasma de Algas Marinhas do Instituto de Biociências,

36 Universidade de São Paulo – USP – Processo nº 02000.001263/2004-01. Relator:  
37 Maria Lúcia Nova Costa – JBRJ. (3.2) Requerente: Coleção Mamíferos Aquáticos do  
38 Centro de Mamíferos Aquáticos – IBAMA – Processo nº 02000.001665/2004-06.  
39 Relator: Taciana Barbosa Cavalcanti – EMBRAPA. (3.3) Requerente: Coleção  
40 Microrganismos de Ambiente e Indústria, do Centro Pluridisciplinar de Pesquisas  
41 Químicas, Biológicas e Agrícolas da Universidade Estadual de Campinas –  
42 UNICAMP – Processo nº 02000.001666/2004-42. Relator: Antônio J. G. Moreira –  
43 Ministério da Defesa. (3.4) Requerente: Coleção Plantas Medicinais e Aromáticas do  
44 Centro de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas, Universidade Estadual de  
45 Campinas – UNICAMP – Processo nº 02000.001664/2004-53. Relator: Angélica  
46 Pontes – Ministério da Saúde. (3.5) Requerente: Coleção de DNA do Laboratório de  
47 Genética da Universidade Federal do Pará – Campus Santarém – Processo nº  
48 02000.000801/2004-32. Relator: Rômulo Mello – IBAMA. (3.6) Requerente: Banco  
49 de Material Biológico de Primatas Brasileiros – CPB, IBAMA – Processo nº  
50 02000.002154/2004-01. Relator: Patrícia Galdino – Ministério da Justiça. (3.7)  
51 Requerente: Coleção Ictiológica, Coleção anatômica de Chondrichthyes, Coleção  
52 diafanizada e osteológica de Osteichthyes, Coleção Osteológica de Tetrápodos,  
53 Coleção de Aves, Coleção Paleontológica, Coleção Malacológica, Coleções de  
54 Angiospermae, Gymnospermae e Pteridophyta, Algas, Liquens, Fungos e Briófitas;  
55 do Departamento de Ecologia / Instituto de Biologia Roberto Alcântara Gomes da  
56 Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ – Processo nº 02000.001347/  
57 2004-37. Relator: Manoel do Carmo Soares – Instituto Evandro Chagas. (4) Consulta  
58 sobre prazos para cumprimento de condições estabelecidas pelo Conselho para  
59 emissão de autorização e credenciamentos. Relator: Secretaria-Executiva do CGEN.  
60 (5) Procedimentos e registros de atas de reunião das Câmaras Temáticas do CGEN.  
61 Relator: Ione Egler – Ministério da Ciência e Tecnologia. IV – Assuntos de Ordem  
62 Geral: (7) Palavra aberta aos Conselheiros. (8) Encerramento. INFORMES,  
63 DISCUSSÕES E DELIBERAÇÕES: o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, na  
64 condição de presidente do Conselho, deu início à 27ª Reunião Ordinária  
65 apresentando os novos conselheiros titulares do Ministério da Defesa, Sr. Carlos  
66 Edson Martins da Silva, e da FUNAI, Sra. Hilda Carla Fajardo, bem como os novos  
67 suplentes do Ministério da Cultura, Sr. Marcos Alves de Souza, e do Ministério da  
68 Saúde, Sra. Adriana Diaféria. O Sr. Presidente apresentou, também, como novo  
69 convidado permanente, a Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio  
70 Ambiente – ABEMA, tendo como representantes os Srs. Daniel Casarin Ribeiro e

71 Carlos Roberto Bueno. Em seguida, o Sr. Presidente colocou em discussão a pauta  
72 da 27ª Reunião. A Conselheira Ione Egler, do MCT, requisitou a inversão de pauta,  
73 passando-se, então, o item de número cinco para o início da ordem do dia. O Sr.  
74 Eduardo Vélez pediu a retirada do item 3.6 da pauta, atendendo à solicitação prévia  
75 do Conselheiro Rômulo Mello, que não pôde estar presente, e a inclusão de novo  
76 item, intitulado “Informações sobre procedimentos relacionados às deliberações do  
77 Conselho”, com relatoria da Secretaria-Executiva. Uma vez incorporadas estas  
78 alterações, a pauta foi aprovada. O Sr. Presidente encaminhou a deliberação acerca  
79 da ata da 26ª Reunião Ordinária do CGEN, a qual, após incluídas as modificações  
80 apontadas, foi aprovada. No entanto, não foi acatada na íntegra, a alteração  
81 requisitada via correio eletrônico pelo Conselheiro Silvio Valle, da FIOCRUZ, que  
82 pedia a inclusão de afirmação que teria sido feita pelo mesmo na referida reunião,  
83 mas que não foi registrada na gravação (de acordo!). Votaram favoravelmente à  
84 ata, com as demais alterações, os conselheiros: Elisa Fraga, Ione Egler, Manoel  
85 Soares, Taciana Cavalcanti, Antônio Moreira, Angélica Pontes, Patrícia Galdino,  
86 Adriana Tescari, Maria Lúcia Costa e Lúcia Rapp. Houve, portanto, 10 votos  
87 favoráveis. Absteram-se os Conselheiros Marcos de Souza e Hilda Fajardo. Não  
88 houve votos contrários. O Sr. Presidente deu início à ordem do dia, passando ao  
89 novo **item de número três**, relatado pela Conselheira Ione Egler. Propôs novos  
90 procedimentos para reger as Câmaras Temáticas: que o coordenador das Câmaras  
91 Temáticas se responsabilize pela redação das atas das reuniões ou delegue esta  
92 função a outro membro da Câmara, que as atas sejam assinadas pelo coordenador  
93 e que se discuta a existência de quorum para as mesmas. A Conselheira  
94 argumentou que estes pontos justificariam uma revisão do regimento interno do  
95 CGEN no que se refere ao funcionamento das Câmaras Temáticas. A Conselheira  
96 propôs também a criação de uma nova Câmara Temática, a de Assuntos Jurídicos,  
97 compostas de bacharéis de direito de diferentes instituições representadas no  
98 CGEN. Esclareceu que a criação dessa Câmara se fazia necessária por que as  
99 discussões sobre pertinência legal de Resoluções e Orientações Técnicas mantidas  
100 em reuniões ordinárias, estavam consumindo um tempo desnecessário de reuniões  
101 plenárias, além de submeter os conselheiros que não têm expertise jurídica a  
102 discussões que não têm como acompanhar, mas após as quais têm decidir seu voto.  
103 Justificou ainda que a Câmara Temática de Assuntos Jurídicos proposta deveria  
104 obrigatoriamente conter a representação dos quatro ministérios que assinaram a  
105 Medida Provisória 2.186-16/2001, visto que eles são diretamente responsáveis pela

106 proposição e encaminhamento de qualquer regulamentação à Medida Provisória, o  
107 que não foi observado em relação ao Decreto Nº 4.946 de 2003. O Sr. Presidente  
108 colocou para deliberação do plenário a proposta de revisão do Regimento Interno  
109 pela Câmara Temática de Procedimentos Administrativos, para que analisasse o  
110 pleito detalhadamente, apresentando proposição ao Conselho em nova  
111 oportunidade, devendo ser avaliados os seguintes pontos: a necessidade de  
112 definição de quorum mínimo nas reuniões das CT's e atribuir ao coordenador a  
113 redação das atas concedendo-lhe o direito de substabelecer a atribuição,  
114 condicionada à sua assinatura a aprovação final. Votaram favoravelmente ao  
115 encaminhamento os Conselheiros: Elisa Fraga, Ione Egler, Manoel Soares, Taciana  
116 Cavalcanti, Antônio Moreira, Angélica Pontes, Patrícia Galdino, Adriana Tescari,  
117 Marcos de Souza, Hilda Fajardo, Maria Lúcia Costa e Lúcia Rapp. Foram 12 votos  
118 favoráveis; não houve votos contrários ou abstenções. Em seguida, o Sr. Presidente  
119 encaminhou a discussão acerca de outro ponto sugerido pela Conselheira Ione: a  
120 criação de uma Câmara Temática de Assuntos Jurídicos. As manifestações dos  
121 conselheiros Lúcia Rapp, do INPA, Antônio Moreira, do Ministério da Defesa, Elisa  
122 Ananias, do MDIC, Angélica Pontes, do Ministério da Saúde e do Presidente do  
123 Conselho foram no sentido de melhor definição do mandato desta CT, para evitar  
124 que seu funcionamento crie entraves e atrasos aos tópicos a serem analisados pelo  
125 Conselho. Em vista das manifestações, o Presidente colocou em votação a proposta  
126 de que também este ponto seguisse para a Câmara Temática de Procedimentos  
127 Administrativos, para que esta construísse uma proposta acerca da oportunidade,  
128 mandato e funcionamento de uma eventual CT de Assuntos Jurídicos, para posterior  
129 decisão do Conselho. Votaram favoravelmente a este encaminhamento os seguintes  
130 Conselheiros: Elisa Fraga, Ione Egler, Manoel Soares, Taciana Cavalcanti, Antônio  
131 Moreira, Angélica Pontes, Patrícia Galdino, Adriana Tescari, Marcos de Souza, Hilda  
132 Fajardo, Maria Lúcia Costa e Lúcia Rapp. Foram 12 votos favoráveis. Não houve  
133 votos contrários ou abstenções. Dando seqüência à pauta, o Sr. Presidente  
134 encaminhou o **item de número quatro**, relativo a informações sobre procedimentos  
135 relacionados às deliberações do Conselho. Para ser fiel ao que determina o Decreto  
136 3.945/01, que regula o funcionamento do CGEN, as deliberações do Conselho  
137 precisam ser tomadas por maioria absoluta de seus membros – e não dos membros  
138 presentes, como tornou-se prática usual – o que implica em não atendimento deste  
139 requisito em onze deliberações do Conselho. Também foi informado que em  
140 diversas votações não houve o registro nominal dos votos, o que impede a

141 verificação do atendimento deste requisito, fato que passou a ser corrigido no  
142 segundo semestre de 2003. Outro ponto levantado referia-se ao voto do  
143 representante do Ministério do Meio Ambiente nas decisões do Conselho: o habitual  
144 tem sido que o representante do MMA, encarregado do cargo de Presidente do  
145 Conselho, não vote, ficando a ele restrita a função de dar o voto de desempate, caso  
146 necessário. No entanto, pelo regimento interno, pode-se interpretar de outra forma o  
147 papel do representante do Ministério: além de atuar como Presidente do CGEN, este  
148 também é membro do Conselho e teria o direito a voz e voto como os demais, sendo  
149 a ele garantido igualmente o voto de qualidade, ou seja, o voto de desempate em  
150 caso de necessidade. Em face disto, o Sr. Presidente consultou o plenário sobre a  
151 pertinência de encaminhar para a Câmara Temática de Procedimentos  
152 Administrativos todos estes aspectos que foram levantados, em particular o caso das  
153 onze deliberações em questão, para que a Câmara apresente uma proposta para  
154 que as mesmas possam ser referendadas pelo Conselho, além de propor novos  
155 procedimentos para as votações, considerando os questionamentos levantados  
156 Votaram favoravelmente a este encaminhamento os Conselheiros: Nadja Cunha,  
157 Manoel Soares, Taciana Cavalcanti, Antônio Moreira, Angélica Pontes, Patrícia  
158 Galdino, Adriana Tescari, Marcos de Souza, Hilda Fajardo, Maria Lúcia Costa e  
159 Lúcia Rapp. Foram, portanto, 11 votos favoráveis. A Conselheira Elisa Fraga  
160 absteve-se. Não houve votos contrários. Quanto à interpretação acerca do voto do  
161 representante do MMA nas deliberações do CGEN, o Sr. Presidente sugeriu que  
162 fosse encaminhada consulta formal à consultoria jurídica da Casa Civil e que a  
163 resposta obtida fosse trazida ao plenário na próxima reunião do Conselho. Votaram  
164 favoravelmente a este encaminhamento onze conselheiros: Elisa Fraga, Nadja  
165 Cunha, Manoel Soares, Taciana Cavalcanti, Antônio Moreira, Angélica Pontes,  
166 Patrícia Galdino, Adriana Tescari, Hilda Fajardo, Maria Lúcia Costa e Lúcia Rapp.  
167 Foram 11 votos favoráveis. Não houve votos contrários ou abstenções. Dando  
168 seqüência à pauta, o Sr. Presidente encaminhou o **item de número cinco**, sobre  
169 solicitações de credenciamento de instituições como fiéis depositárias de amostras  
170 de componente do patrimônio genético. A primeira solicitação, **item 5.1.**, foi da  
171 **Coleção de Tecidos de Tefritídeos e Banco de Germoplasma de Algas**  
172 **Marinhas do Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo – USP.** A  
173 Conselheira Patrícia Galdino sugeriu que a Secretaria-Executiva requisitasse aos  
174 pareceristas, quando analisando coleções diferentes, que não restringissem seus  
175 pareceres à coleção que analisaram, mas sim que tratassem de todas as coleções

176 envolvidas no processo – sugestão esta acatada pela Secretaria-Executiva. A  
177 solicitação foi aprovada com os votos favoráveis dos Conselheiros: Elisa Fraga,  
178 Nadja Cunha, Manoel Soares, Taciana Cavalcanti, Antônio Moreira, Angélica  
179 Pontes, Patrícia Galdino, Marcos de Souza, Hilda Fajardo, Maria Lúcia Costa e Lúcia  
180 Rapp. Foram 11 votos favoráveis. Adriana Tescari absteve-se. Não houve votos  
181 contrários. A solicitação seguinte, **item 5.2.**, foi a da **Coleção Mamíferos Aquáticos**  
182 **do Centro de Mamíferos Aquáticos – IBAMA**. A discussão acerca deste  
183 credenciamento suscitou a proposta de uma reunião com todas as instituições já  
184 credenciadas como fiéis depositárias, no intuito de melhor esclarecer seu papel. O  
185 Secretário-Executivo, Sr. Eduardo Vélez, informou ao Conselho que haverá um  
186 encontro da Rede Memória *Naturalis* dias 15, 16 e 17 de dezembro, no Rio de  
187 Janeiro, encontro este que reunirá grande parte das instituições detentoras de  
188 coleções científicas do País. A Secretaria-Executiva solicitou à organização do  
189 evento a inclusão de reunião específica sobre o tema “O CGEN e as Instituições  
190 Fiéis Depositárias”, o que atenderia à requisição do plenário. A solicitação de  
191 credenciamento da Coleção Mamíferos Aquáticos do Centro de Mamíferos  
192 Aquáticos do IBAMA foi aprovada com os votos favoráveis dos seguintes  
193 Conselheiros: Elisa Fraga, Nadja Cunha, Manoel Soares, Taciana Cavalcanti,  
194 Antônio Moreira, Angélica Pontes, Patrícia Galdino, Adriana Tescari, Marcos de  
195 Souza, Hilda Fajardo, Maria Lúcia Costa e Lúcia Rapp, totalizando 12 votos. Não  
196 houve votos contrários ou abstenções. Em seguida, foi relatada a solicitação da  
197 **Coleção Microrganismos de Ambiente e Indústria, do Centro Pluridisciplinar de**  
198 **Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas da Universidade Estadual de**  
199 **Campinas – UNICAMP, item 5.3**. O credenciamento foi aprovado com os votos  
200 favoráveis dos Conselheiros: Nadja Cunha, Manoel Soares, Taciana Cavalcanti,  
201 Antônio Moreira, Angélica Pontes, Patrícia Galdino, Adriana Tescari, Marcos de  
202 Souza, Hilda Fajardo, Maria Lúcia Costa e Lúcia Rapp, totalizando 11 votos. Não  
203 houve votos contrários ou abstenções. **O item 5.4.**, discutido em seguida, tratou da  
204 solicitação da **Coleção Plantas Medicinais e Aromáticas do Centro de Pesquisas**  
205 **Químicas, Biológicas e Agrícolas, Universidade Estadual de Campinas –**  
206 **UNICAMP**, a mesma não apresentou documentação completa relativa ao herbário  
207 para o qual também solicitava credenciamento. Desta maneira, o encaminhamento  
208 foi de aprovação com condições – publicação da aprovação condicionada à  
209 apresentação das informações adicionais necessárias referentes ao herbário.  
210 Votaram favoravelmente a este encaminhamento, os Conselheiros: Elisa Fraga,

211 Nadja Cunha, Manoel Soares, Taciana Cavalcanti, Antônio Moreira, Angélica  
212 Pontes, Patrícia Galdino, Adriana Tescari, Marcos de Souza, Hilda Fajardo, Maria  
213 Lúcia Costa e Lúcia Rapp, totalizando 12 votos. Não houve votos contrários ou  
214 abstenções. O Secretário-Executivo sugeriu e o plenário acatou, que a apresentação  
215 das informações adicionais seja realizada no prazo de 30 dias, sob pena de  
216 cancelamento da decisão pelo credenciamento. A seguir, foi apresentada a  
217 solicitação da **Coleção de DNA do Laboratório de Genética da Universidade**  
218 **Federal do Pará, item 5.5.** O Sr. João Paulo Capobianco pediu licença aos  
219 conselheiros para ausentar-se e deixou em seu lugar na presidência do Conselho, o  
220 Sr. Paulo Yoshio Kageyama. Esta solicitação de credenciamento suscitou discussão  
221 por ter recebido um parecer favorável e um desfavorável ao credenciamento. A  
222 votação deste credenciamento contabilizou os votos favoráveis dos Conselheiros  
223 Elisa Fraga, Nadja Cunha, Patrícia Galdino, Adriana Tescari, Maria Lúcia Costa e  
224 Lúcia Rapp, e votos contrários dos Conselheiros Taciana Cavalcanti e Antônio  
225 Moreira. Abstiveram-se os Conselheiros Manoel Soares, Angélica Pontes, Marcos de  
226 Souza e Hilda Fajardo. Com este quadro e em vista da necessidade de dez votos  
227 favoráveis para a aprovação do credenciamento, a solicitação foi rejeitada pelo  
228 Conselho. A Conselheira Patrícia Galdino sugeriu que a Secretaria-Executiva  
229 informasse a decisão ao requerente e que, uma vez adequados os pontos  
230 deficientes da solicitação, o requerente a encaminhasse novamente para apreciação  
231 do CGEN. Os Conselheiros que votaram contrariamente expuseram seus motivos  
232 para tal, além de ressaltar que o grupo apesar de emergente é promissor: a  
233 Conselheira Taciana Cavalcanti alegou que a disponibilidade financeira da  
234 instituição não é suficiente; o Conselheiro Antônio Moreira concordou com este  
235 ponto e também considerou a estrutura insuficiente, não permitindo segurança com  
236 relação ao armazenamento das subamostras que seriam depositadas. Aqueles que  
237 se abstiveram, justificaram-se pela insegurança em decidir baseados em dois  
238 pareceres tão distintos quanto os apresentados. Houve uma discussão relativa ao  
239 fato de que a decisão foi negativa, embora tenha obtido maioria de votos favoráveis,  
240 tendo se questionado se as abstenções deveriam ou não ser contabilizadas e as  
241 implicações disto sobre as decisões do Conselho. Sugeriu-se um aprofundamento  
242 da discussão sobre o quorum para cada tipo de votação e uma análise das  
243 alternativas para revisão da regra de votação estabelecida no decreto a ser  
244 realizado pela Câmara Temática de Procedimentos. A solicitação de credenciamento  
245 de **coleções do Departamento de Ecologia do Instituto de Biologia Roberto**

246 **Alcântara Gomes da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, item**  
247 **5.6.**, suscitou alguns questionamentos em função do número de coleções envolvidas  
248 no processo. A Conselheira Taciana Cavalcanti sugeriu que, em pedidos de  
249 credenciamentos para coleções diferenciadas, a instituição requerente faça a  
250 solicitação separadamente para cada tipo de coleção, no intuito de facilitar a análise  
251 pelos pareceristas e também por parte dos conselheiros. Além disso, os  
252 conselheiros não se sentiram a vontade para votar devido a insuficiência de  
253 informações disponibilizadas pela instituição sobre algumas das coleções. Em vista  
254 deste posicionamento do Conselho, o Secretário-Executivo sugeriu a suspensão da  
255 deliberação acerca deste credenciamento, e que seja requerida documentação mais  
256 completa para apreciação pelo plenário na próxima reunião do CGEN. Para atender  
257 aos pedidos dos conselheiros, a Secretaria-Executiva comprometeu-se a elaborar  
258 extratos mais detalhados dos processos. O Sr. Presidente aceitou este  
259 encaminhamento e passou à votação. Foram favoráveis os Conselheiros: Elisa  
260 Fraga, Nadja Cunha, Manoel Soares, Taciana Cavalcanti, Antônio Moreira, Angélica  
261 Pontes, Patrícia Galdino, Adriana Tescari, Marcos de Souza, Hilda Fajardo, Maria  
262 Lúcia Costa e Lúcia Rapp, totalizando 12 votos. Não houve votos contrários ou  
263 abstenções. A Conselheira Taciana solicitou que ficasse registrado em ata a  
264 sugestão de que os processos de credenciamento envolvendo mais de uma coleção  
265 fossem, ao menos, separados por grupos biológicos, como flora e fauna. O Sr.  
266 Presidente deu continuidade à pauta, encaminhando o **item de número seis** que  
267 trata da consulta sobre prazos para cumprimento de condições estabelecidas pelo  
268 Conselho para emissão de autorização e credenciamentos. O Conselho como um  
269 todo entendeu que cada processo deveria ser analisado caso a caso, para só então  
270 determinar o prazo razoável para que as instituições atendessem ao pedido de  
271 novas informações. O Conselheiro Manoel Soares sugeriu que fosse requisitada  
272 também justificativa à instituição quanto ao prazo que ela vier a requerer para  
273 disponibilizar as novas informações. O Jardim Botânico do Rio de Janeiro tem  
274 pendente o pedido de documentação, e, uma vez utilizado como exemplo na  
275 explanação acerca desta questão, tornou-se foco de deliberação do Conselho, que  
276 determinou um prazo até o final do ano corrente para a manifestação da instituição.  
277 Votaram favoravelmente a este encaminhamento, os seguintes Conselheiros: Elisa  
278 Fraga, Nadja Cunha, Manoel Soares, Taciana Cavalcanti, Antônio Moreira, Angélica  
279 Pontes, Patrícia Galdino, Adriana Tescari, Marcos de Souza, Hilda Fajardo, Maria  
280 Lúcia Costa e Lúcia Rapp, totalizando 12 votos. Não houve votos contrários ou



281 abstenções. Com esta última deliberação, o Sr. Presidente abriu a palavra aos  
282 Conselheiros. O Conselheiro Marcos de Souza apoiou a proposta de uma oficina  
283 para os novos conselheiros, onde seriam atualizados sobre o conjunto das regras e  
284 os princípios da MP 2.186-16 A Conselheira Nadja Cunha propôs que fosse  
285 analisada a questão das exigências para a anuência prévia futuramente. O Sr.  
286 Presidente parabenizou a iniciativa do Departamento do Patrimônio Genético em  
287 realizar o Seminário "Construindo a Posição Brasileira sobre o Regime Internacional  
288 de Acesso e Repartição de Benefícios", entre 9 e 10 de novembro, e então  
289 agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos. Eu, Fernanda  
290 Altoé Daltro, por solicitação do Presidente da mesa, lavrei a presente ata.

291 Brasília, 30 de setembro de 2004.

292

293 João Paulo Ribeiro Capobianco

Eduardo Vélez

294 Presidente

Secretário-Executivo